



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e onze, às 9 horas, no Edifício Sede da **Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**, realizou-se a **194ª** (centésima nonagésima quarta) **reunião ordinária**, correspondente ao mês de **outubro/2011**, do **Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Confis/Conab**, Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal. Estiveram presentes os Conselheiros **Francisco Wayne Moreira**, Presidente do Conselho Fiscal e representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, e os Conselheiros **José Otávio Machado Mentem** e **Renata Lima de Carvalho**, ambos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Aberta a reunião, o Presidente deu início à análise da pauta: **1. Examinar as atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários.**

1.1. Ata da 1009ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra o compromisso do Dest/MP em apresentar à Previc uma planilha com os cálculos do déficit atuarial concernentes ao saldamento do Cibrius - Instituto Conab de Seguridade Social.

1.2. Ata da 1010ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra que não há pontos a serem destacados.

1.3. Ata da 1011ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra que não há pontos a serem destacados.

1.4. Ata da 1012ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra que não há pontos a serem destacados.

1.5. Ata da 1013ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra que o Diretor de Operações a Abastecimento da Conab mostrou-se preocupado com o aumento nos custos de manutenção das unidades e imóveis que estão sendo desenvolvidos à Empresa, visto que tais imóveis não geram receitas, apenas despesas, e que devem ser adotadas medidas urgentes para elaboração de estratégias que solucionem a questão. O Confis recomenda que na devolução sejam verificadas as condições dos imóveis, exigindo conforme o convênio ou mecanismo similar a sua preservação. Também o Confis recomenda incluir cláusulas de manutenção adequada aos bens cedidos para uso nos convênios ou similares. O Confis registra que a Superintendência Regional do Pará possui estocado uma quantidade significativa de feijão sob risco de perda, produto armazenado desde fevereiro 2010. Logo, este estoque deveria ter sido doado. Segundo o Diretor, um técnico foi enviado à região para verificar a exatidão do problema e constatou que este se caracteriza por má gestão administrativa e que os responsáveis serão punidos. O Confis recomenda que medidas sejam imediatamente tomadas para que o risco de prejuízo não seja concretizado.

1.6. Ata da 1014ª Reunião da Diretoria Colegiada. O Confis registra que foi constatado que a perda com o estoque de feijão na Sureg/PA, foi maior do que o esperado, uma perda que ultrapassa mil toneladas. O Confis mais uma vez reforça que ações imediatas devem ser efetuadas para evitar o prejuízo em questão. O Confis também registra que o Ministro supervisor teria recebido uma denúncia de uma empresa que alega ter sido preterida do processo para contratação de serviços de braçagem. Segundo a Diretoria, existe uma orientação da CGU que justifica o procedimento adotado pela Conab. O Confis convocou servidor da Audin para prestar esclarecimentos, após solicitou apurar o assunto e prestar os devidos esclarecimentos.

2. Examinar as atas das reuniões do

Conselho de Administração, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários.

2.1. Ata 219ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. O Confis registra que não há pontos relevantes a serem destacados.

2.2. Ata 32ª reunião extraordinária do Conselho de Administração. O Confis ressalta que, o único ponto a ser registrado é a solicitação do Conad para a realização de sessão conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal para uma apresentação quanto ao trabalho desenvolvido e da interação do Confis com a Audin.

3. Examinar os processos licitatórios e contratações da empresa, especialmente os relacionados aos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93. CI CPL/Supad nº 306, de 22/09/2011 – Relação das licitações processadas pela Comissão, referente ao mês de agosto/2011. O Confis registra que não há pontos a serem destacados.

4. Verificar se a Companhia vem cumprindo as determinações constantes dos art. 3º (PDG, Investimentos, quantitativo de pessoal e endividamento) e 4º (Relatório Anual da Administração, Estatuto Social e Demonstrações Contábeis) do Decreto nº 3.735/2001.

4.1. CI/ Supor nº 098, de 26/09/2011 – Relatório Sintético de Atividades da Conab, referente ao mês de agosto de 2011. O Confis registra que não há pontos a serem destacados.

4.2. CI/Supor nº 088, de 30/08/2011. Registra-se que a dotação orçamentária aprovada na LOA-2011 para as ações sob a responsabilidade da Conab, somada às suplementações, totalizou R\$ 2.833.874.280,00. Entre **janeiro e julho**, a execução orçamentária somou R\$ 741.900.178,93. Destacam-se as inversões financeiras, com participação de 47,91% do valor total liquidado, representadas pelas despesas liquidadas no âmbito da Ação Formação de Estoques Públicos no valor de R\$ 427.819.237,23 e pela aquisição de produtos agropecuários de agricultores familiares no valor de R\$ 1.003.200,00. O Confis registra ainda que as ações Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos, Formação de Estoques Públicos, Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar, Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro, Organização dos Micro e Pequenos Varejistas e Recuperação e Modernização da Rede Própria de Unidades Armazenadoras estão com percentual de execução menor que 20%.

4.3. CI/Supor nº 100, de 26/08/2011. O Confis registra-se que a dotação orçamentária aprovada na LOA-2011 para as ações sob a responsabilidade da Conab, somada às suplementações, totalizou R\$ 2.833.874.280,00. Entre **janeiro e agosto**, a execução orçamentária somou R\$ 881.594.548,72. Destacam-se as inversões financeiras, com participação de 49,46% do valor total liquidado, representadas pelas despesas liquidadas no âmbito da Ação Formação de Estoques Públicos no valor de R\$ 522.575.029,93 e pela aquisição de produtos agropecuários de agricultores familiares no valor de R\$ 2.210.781,76. O Confis registra ainda que as ações Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos, Formação de Estoques Públicos, Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar, Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro, Organização dos Micro e Pequenos Varejistas e Recuperação e Modernização da Rede Própria de Unidades Armazenadoras estão com percentual de execução menor que 20%, o que levanta preocupação acerca de atendimento de necessidades da Companhia e de implantação das políticas públicas. O Confis convidou o Superintendente da Supor para dar esclarecimentos pertinentes. O qual relatou que no conjunto as ações em questão não



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

trarão prejuízos para a adequada realização das atividades da Companhia. Destaca-se quanto a ação de recuperação e modernização da rede própria das unidades armazenadoras a necessidade de cumprir a execução do orçamento planejado com vistas a minimizar riscos a operacionalização das atividades da Empresa. **4.4. CI/Sufin nº 1.854, de 15/09/2011.** O Confis registra que o não pagamento das despesas que extrapolaram o limite de pagamento no mês de agosto/2011, poderia causar prejuízos para Conab, com cobranças de juros, títulos protestados em cartórios e até mesmo ações judiciais. O Confis ainda registra que a Companhia está envidando esforços junto ao MAPA para adequação do limite de pagamento. **4.5. CI/Sucon nº 819, de 21/09/2011.** O Confis registra que, até agosto/2011 o montante em depósitos resulta em R\$ 100.760.910,30 e em 2010 esta mesma conta teve seu montante registrado em R\$ 30.625.802,58. O Confis convocou o empregado da Sucon e solicitou esclarecimentos sobre este aumento, o Superintendente informou que o registro estava correto, e que irá especificar os valores no Balanço Patrimonial referente a Depósitos de Diversas Origens. **5. Analisar os demonstrativos contábeis e financeiros mensais. 5.1. CI Audin/Gedop nº 335, de 26/09/2011: a) Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria, Exercícios de 2008 a 2011, com posição em 19/08/2011.** Apesar de as pendências terem diminuído consideravelmente, o Confis volta a alertar com relação ao número de pendências com os prazos de atendimento vencidos, principalmente nos exercícios de 2008 a 2010 e sob a responsabilidade das Regionais. Destacar o Relatório nº 22, de 18/11/2009. Acompanhamento da Gestão com 32 pendências desde fevereiro de 2011, tendo em vista que a Unidade Auditada é a Matriz, e a maioria das recomendações são para a Supad e para a Proge. **b) Nota Técnica Audin nº 019/2011 – Nota Técnica nº 19/2011 – AUDIN, referente as Demonstrações Contábeis de Junho de 2011.** O Confis registra que a movimentação econômico-financeira da Companhia, resultou em superávit de R\$ 2.430.832,52. Esse desempenho contribuiu para aumentar o Lucro Acumulado de R\$ 19.839.029,77 para R\$ 22.269.862,29, resultando em um acréscimo de 12,25%, em relação ao mês anterior. O Confis convocou servidor da Audin para esclarecer o motivo de variações relevantes nos valores de Vendas de Mercadorias – Estoques Públicos, esclarecendo que trata-se de valores com variações sazonais. **c) Relatórios de Auditorias Ordinárias nºs 13 a 15/2011: c.1) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 13.** O objetivo da auditoria foi a certificação do cumprimento das normas e dos procedimentos internos, da eficiência dos controles internos administrativos e da fidedignidade da documentação comprobatória, na Sureg/ES, referente a Ação de Auditoria nº 7.2/2011, no período de 16 a 27/05/2011. O Confis não tem nada relevante a destacar. **c.2) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº14.** O objetivo da auditoria foi a certificação a implementação dos procedimentos necessários para a modernização e certificação das Unidades Armazenadoras da Companhia e da eficiência da gestão administrativa e operacional, na Sureg/PI, para avaliar a gestão das Unidades Armazenadoras de Picos, Floriano, Parnaíba e Teresina, referente à Ação de Auditoria nº 7.1/2011, no período de 25/07 a 05/08/2011. O Confis não tem nada relevante a destacar. **c.3) Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº15.** O objetivo da auditoria foi a certificação da efetividade e regularidade das operações do Programa de Abastecimento Social/Vendas em Balcão, no âmbito da Sureg/PI, referente a Ação de Auditoria nº 8.1/2011, no período de 25/07 a 05/08/2011. O Confis não tem nada relevante a



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

destacar. **d) Relatório de Auditoria Especial Extraordinária nº 01/2011.** **e) Relatórios de Auditorias Extraordinárias nºs 01 e 02/2011:** **e.1) Relatório de Auditoria Extraordinária nºs 01/2011.** O Confis registra que não há pontos a serem destacados. **e.2) Relatório de Auditoria Extraordinária nº 02/2011.** O Confis registra que não há pontos a serem destacados. **6. Examinar a evolução dos Créditos a Receber, em atraso.** **6.1. CI Sufin/Gecob nº 1.911, de 27/09/2011 – Quadro demonstrativo dos débitos correspondentes a salários e encargos de empregados cedidos.** O Confis registra que este Quadro será analisado trimestralmente, ou seja, só em dezembro de 2011. **6.2. CI Sufin/Gecob nº 1.915, de 28/09/2011 – Relatórios Gerenciais de Cobranças e Recebimentos.** O Confis após análise do referido relatório não considerou nenhum item relevante em relação ao demonstrativo anterior. Registrando apenas ter verificado variações nos valores relativos aos exercícios anteriores que apresentam redução, o que evidencia a ocorrência da recuperação dos créditos da Companhia. **7. Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e Inss – Certidões, Certificados e Extratos do Cadin e Sicafe.** O Confis verificou que o prazo de validade está conforme exigido pela legislação. **8. Certificado de Regularidade junto ao FGTS – Certidões, Certificados e Extratos do Cadin e Sicafe.** O Confis verificou que o prazo de validade está conforme exigido pela legislação. **9. Adimplência no Cadastro de Créditos Não Quitados do Poder Público Federal (Cadin).** O Confis verificou que o prazo de validade está conforme exigido pela legislação. **10. Adimplência quanto a tributos estaduais e municipais.** O Confis verificou que o prazo de validade está conforme exigido pela legislação. **11. Assuntos Gerais.** Convidado a participar da reunião, o Procurador-Geral da Conab, Rui Magalhães Piscitelli inicialmente, reportou que foi designado pelo Advogado Geral da União e empossado pelo Presidente da Conab em 17 de agosto de 2011, tendo apresentado seu plano de medidas gerenciais, constando de medidas as quais, na sua grande maioria, não foram implementadas, a despeito de ter comunicado sobre todos os pontos, com análise jurídica, à Diretoria da Conab. Sobre os referidos pontos, assim se manifestou: *1) Retorno dos Procuradores à Proge: não voltaram cerca de 80% dos Procuradores, quer cedidos a órgãos e entidades externos à Conab, bem como que exercem função comissionada no âmbito da Conab; 2) Abertura imediata de concurso público para Procuradores: a despeito de manifestação já exarada, dirigida à Diretoria, não se implementaram medidas para a abertura do referido concurso; 3) Criação de uma Diretoria Jurídica, que dotará a Procuradoria de autonomia no âmbito da Diretoria Colegiada, não mais se subordinando a uma Autoridade específica, como hoje, à Presidência, mas sendo Membro do Colegiado de Diretoria, o que é determinante para que a função de controle que também deve ser exercida pela Procuradoria possa ser efetivada; Ressaltou que essas medidas são imprescindíveis para a assunção do contencioso pela Procuradoria da Conab, pois hoje é todo terceirizado. Destacou que já foi implantada uma única medida, qual seja, da substituição de uma Subprocuradoria existente na Proge pela Subprocuradoria de Processos Especiais, a quem ficará a análise dos casos mais significativos de atuação judicial. Todavia, hoje só com 2 Procuradores, não tem a mínima condição de realizar qualquer trabalho proveitoso. Ainda, destacou que obteve junto à Escola da AGU, sem custo qualquer para a Conab, a oportunidade de que os Procuradores da Empresa, em todo o País, possam participar de cursos promovidos pela Escola da AGU, o que é muito necessário para o aprimoramento dos Procuradores. Hoje e amanhã, inclusive,*



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

4 colegas estão fazendo na Escola da AGU em Brasília, curso sobre recursos cíveis e trabalhistas. A despeito de tudo isso, relata diversas barreiras ao seu trabalho, principalmente nas comunicações que faz a órgãos de controle, como o Dest, a CGU e a AGU, posto enviar comunicações diretamente a esses órgãos quando entende necessário conhecimento e atuação desses órgãos. Há posição da Diretoria de que não se reconheça ao Procurador geral esse direito de representação sem autorização para envio do Presidente da Companhia. O Procurador Geral entende que é um dever o seu de representar essas situações a órgãos de controle. Deu como exemplo, a questão das Resoluções 10 e 11, de 2010, da Conab que incorporaram funções comissionadas, que não passaram por prévia autorização e previsão orçamentária do MP e do Dest, que o Procurador Geral enviou Parecer seu ao Dest, que, aliás, foi corroborado pelo Dest recomendando na Nota Técnica 350 a apuração de responsabilidades dos dirigentes à época. Também citou o caso em que comunicou à CGU a aplicabilidade do Decreto 5.480 à Conab, em que, também, a CGU, desta feita através da Nota Técnica 2810 da CGU ratificou o posicionamento do Procurador, orientando a Presidência a adotar tal procedimento. Citou outros exemplos e disse, ao final, que continuará representando aos órgãos de controle em caso de eventuais irregularidades. Por fim, salientou que obteve junto ao MP, Ofício 774 Conj/M, a ratificação da tese de Direito Público para a Conab, empresa pública dependente e anunciou a concessão de efeito de tutela antecipada a agravo de instrumento manejado pela Conab, no caso Caramuru, em que o Desembargador Federal Daniel Paes concedeu o regime de direito público à Conab (impenhorabilidade de bens e pagamento via precatório) - agravo de instrumento nº 00476647620114010000. Ao final, manifestou a intenção de que a AGU fizesse um grupo de trabalho para atuar na Conab, tendo em vista, especialmente, a existência de centenas de causas com mais de 15 anos e que demandam atuação urgente para fins de preservação do interesse público". O Conselho Fiscal solicita a Audin verificar a conformidade da incorporação das funções gratificadas com fulcro nas Resoluções nº 10/2010 e 11/2010, que permitiram a incorporação de tais gratificações, as quais não passaram por prévia autorização e previsão orçamentária do MP e do DEST, respectivamente. Também solicita a Audin que se manifeste a respeito dos processos administrativos nºs 2785/2010 e 661/2010, que tratam de aquisições. Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
Presidente

RENATA LIMA DE CARVALHO
Conselheira Titular

JOSÉ OTÁVIO MACHADO MENTEM
Conselheiro Titular

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
Secretário